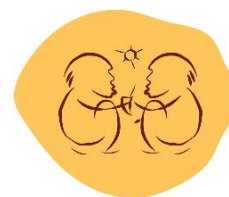


Sustentabilidade em Debate (Sustainability in Debate)

Brasília, DF, v. 8, n. 2, ago.2017

(Capa)



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

www.icgilbertoluizalves.com.br/

Da pesca ao natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015)

From fishing to natural: trajectory of tourism in Mato Grosso do Sul (1970 to 2015)

Fábio Luciano Violin^a

Gilberto Luiz Alves^b

^aDoutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera-Uniderp, Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rosana, SP, Brasil.
End. Eletrônico: violin@rosana.unesp.br

^bProfessor Pesquisador do Programa de Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp, Campo Grande, MS, Brasil.
End. Eletrônico: gilbertoalves9@uol.com.br

doi:10.18472/SustDeb.v8n2.2017.21382

Recebido em 30.11.2016

Aceito em 29.06.2017

ARTIGO - VARIA

RESUMO

O objeto de análise deste estudo é a trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul, entre os anos 1970 e 2015, tendo como principais objetivos a descrição histórica da trajetória do turismo no estado e os gatilhos de alteração do foco das atividades de pesca para a oferta de atrativos vinculados ao turismo em meio natural. Tal empreitada tomou forma por meio do apoio de fontes secundárias, documentos e registros institucionais, além de observações *in loco*, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas com turistas e moradores. Diante das análises, é possível constatar que as políticas públicas, aliadas aos investimentos da iniciativa privada, alteraram de modo substancial as características do turismo no estado, bem como sua natureza e localidades de expansão. O ecoturismo, representante da nova fase do turismo no estado, apresenta-se profundamente marcado pela preocupação comercial de forma a desconsiderar as singularidades culturais locais e o meio ambiente. Conclui-se que a ação expressa do setor público e os investimentos em estrutura, tanto privados quanto públicos, alteraram de modo substancial a natureza do desenvolvimento turístico no estado.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Meio Ambiente; Turismo de pesca; Ecoturismo.

ABSTRACT

The object of analysis of this study is the trajectory of tourism in Mato Grosso do Sul State, between 1970 and 2015, with the main objectives of describing the historical course of tourism in the state and the triggers that changed the predominance of fishing activities to the offering of attractions linked to natural tourism. This work was developed with the use of secondary sources, institutional documents and archives, as well as on-site observations, photographic records and semi-structured interviews with tourists and residents. Public policies, combined with the investments of the private sector, were deemed responsible for substantially altering tourism characteristics in the State, including the nature of activities and the areas for its expansion. Ecotourism, representing a new stage of tourism in the State, is characterized by the support to commercial activities, with disregard for cultural singularities and the environment. The directed actions of the public sector, and the public and private investments in structure, have substantially altered the nature of tourist development in the state.

Keywords: Regional Development. Environment. Fishing Tourism. Ecotourism.

1 INTRODUÇÃO

Os impactos ocasionados pela atividade turística sobre o ambiente devem ser observados sob ótica de conjunto que supere simples eventos pontuais ou atividades isoladas.

A determinação da intensidade, magnitude, natureza e direção das alterações nos espaços ocupados pelo homem, deveria – entre outros itens – considerar a relação envolvendo o atrativo, o turista, a comunidade e os elementos materiais e imateriais a eles pertencentes.

Independente de consciência moral, ética ou política, a atividade turística precisa valer-se do aproveitamento correto dos recursos do ambiente, tendo em conta que resultados econômicos são importantes, mas o uso incorreto pode acarretar diversos impactos ambientais e/ou sociais negativos, como a depredação do espaço ao ponto de inviabilizar seu uso.

A atividade turística, em face de sua atuação sobre o ambiente, pode gerar impactos econômicos, ao permitir a circulação de maior volume de recursos associados a renda e consumo; sociais, ao inserir ou excluir força de trabalho e alterar os níveis de riqueza ou, ainda, os fluxos de interação entre o autóctone e o turista. Por modificar as relações do homem com o meio natural de modo positivo ou negativo, a atividade turística precisa levar em conta tais relações.

Considerando que o objeto de estudo centrou-se no recorte que compreendeu a trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul no período compreendido entre 1970 e 2015, elegeram-se como objetivos centrais a apresentação histórica da trajetória do turismo no estado de Mato Grosso do Sul e suas fases, considerando, em um segundo objetivo, a contextualização dos motivos da alteração da natureza do turismo que migrou do foco na pesca para estabelecer-se nas atividades vinculadas ao natural.

Para tanto, o estudo contextualiza as principais fases vivenciadas pela atividade turística no estado e descreve os indicadores e as ações que levaram à alteração da natureza da oferta de serviços e produtos turísticos no estado ao longo de sua consolidação e fortalecimento, principiado na década de 1970, especialmente após a criação – por meio do desmembramento do território – do estado de Mato Grosso do Sul.

Por fim, é vital o entendimento do contexto histórico que permeou a dinâmica da constituição do fluxo e da oferta turística em Mato Grosso do Sul como forma de compreensão de elementos ligados ao contexto econômico, social e ambiental.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa estruturou-se, em primeira instância, por meio de fontes secundárias, pautada em livros e artigos de natureza científica que se apresentaram como relevantes e fiáveis. O corpo do estudo traz informações provenientes do campo do turismo, história especialmente regional, cultura, meio ambiente e desenvolvimento regional.

Teses e dissertações permitiram aprofundamento das bases regionais conexas ao contexto histórico do turismo, análises sobre conjunturas, localidades e/ou épocas específicas que permitiram visão do todo.

A análise documental contou com estudos de dados disponíveis em bases como Barros e Penha (1994); Empresa Brasileira de Turismo (2009); Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (2015) e OMT (2002).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com perguntas fechadas e abertas com 76 moradores e 89 turistas no período de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. Tais números foram utilizados como balizadores quando a média de respostas não apresentou mais alterações significativas.

Utilizou-se adicionalmente a observação *in loco* por meio da visita a todos os pontos turísticos do estado, para tanto três rotas foram realizadas, a primeira saindo de Presidente Epitácio (SP) via Campo Grande (MS) chegando a Corumbá (MS); a segunda rota foi percorrida saindo de Guaíra (PR) até Bonito (MS) e a última rota percorrida iniciou-se em Sonora (MS) via Campo Grande (MS) terminando em Chapadão do Sul (MS). Ao longo dos trechos a Serra da Bodoquena e o Pantanal foram visitados. Decorre desse procedimento o levantamento de informações via observação, além da coleta de relatos e registros fotográficos nas localidades relevantes para o turismo, em especial as entradas do estado, corredores de acesso e destinos turísticos, complementado pela análise documental e de conteúdo, estabelecendo assim a natureza qualitativa do estudo.

A análise dos dados ocorreu considerando o conjunto das informações provenientes das entrevistas que foram contextualizadas, além das observações *in loco* ao longo dos trechos e localidades percorridas.

3 TURISMO E MEIO AMBIENTE

A Embratur (2009) faz menção à representatividade do turismo enquanto atividade que gera divisas por meio do deslocamento voluntário e temporário de pessoas fora do local em que possuem residência fixa.

A concepção traz, ainda, a indicação de que os agentes econômicos mantêm entre si ligações além da compra e venda de serviços turísticos. Contudo, tal definição deixa de contemplar, por exemplo, o deslocamento de pessoas para negócios ou estudo, fortes vertentes contemporâneas. Aponta-se que:

[...] no passado, a atividade turística poderia ter outro objetivo e consequentemente uma visão mais restrita. Segundo alguns especialistas, a definição sobre o turismo é dinâmica e varia de acordo com o comportamento sociocultural e econômico da humanidade (BELTRÃO, 2001, p. 37).

Toda atividade turística gera impactos econômicos, ambientais e/ou sociais, os quais podem adquirir proporções, níveis e desdobramentos que, combinados, podem gerar potencialmente efeitos que ultrapassam o tempo e a localidade nos quais ocorreram.

Os presumíveis impactos gerados pela atividade turística partem de duas vertentes principais. A primeira diz respeito à montagem de infraestrutura de hospitalidade como modo de acesso e permanência a locais naturais para visita que, por vezes, são estabelecidas de maneira a desestruturar o equilíbrio social, ambiental e até mesmo financeiro do entorno.

Barros e La Penha (1994) apontam que tais impactos podem estender-se para além do ambiente, incluindo prejuízos que afetam social e economicamente o autóctone. Por exemplo, o artesanato que tem sua produção prejudicada por um empreendimento que verte resíduos em região de coleta de matéria-prima.

A segunda vertente tem relação com a sobrecarga no meio ambiente ou em sua estrutura, proporcionado pelo aumento de usuários em localidades que não são ou não estão preparadas para recepção de turistas, por exemplo, comunidades indígenas ou ribeirinhas que passam a receber turistas em função de seus atrativos, porém, as condições de saneamento básico ou mesmo de descarte de resíduos recebe carga além de sua preparação ou capacidade natural de absorção, podendo ocasionar danos ambientais, sociais e econômicos (BERH, 2001; BUARQUE, 2002).

Como o resguardo do ambiente é imprescindível para todos os atores envolvidos nas ações de conservação ou preservação, podem ocorrer situações de pressão advindas do poder público ou mesmo da opinião pública, a respeito da necessidade de ações contundentes de amparo socioambiental nas localidades afetadas pelas atividades turísticas.

Ganem (2007, p. 62) considera que “[...] a conservação da natureza pressupõe sempre o manejo realizado pelos humanos, mesmo quando a opção de manejo seja a não ação ou o não uso, isto é, a preservação de um dado ecossistema”.

Em contrapartida, sob determinadas condições, os benefícios da atividade turística são perceptíveis. O turismo de natureza, em especial o ecoturismo, tem obtido expressão há algumas décadas e atraído turistas ambientalmente conscientes.

3.1 DO TURISMO DE PESCA AO TURISMO DE NATUREZA EM MATO GROSSO DO SUL

Pretendeu-se nessa etapa traçar a evolução das bases turísticas no estado iniciando com a descrição do turismo de pesca, partindo do final da década de 1970 até o desenvolvimento do turismo pautado na natureza ocorrido a partir de 1990.

Primeira Fase: Turismo de Pesca

O Pantanal foi a porta de entrada para estruturação do turismo baseado na pesca em Mato Grosso do Sul. Suas inundações anuais aliadas às características físicas próprias da região/do local permitem relevante produção natural de peixes. As duas condições associadas auxiliaram na estruturação da pesca como importante atividade econômica, social e ambiental capaz de atrair contingentes de adeptos dessa modalidade de fruição.

É preciso distinguir as modalidades de pesca e sua categorização no contexto do fenômeno turístico, sendo o sistema de pesca basicamente dividido em profissional-artesanal; subsistência e amador.

Profissional-artesanal: comunidades locais organizam-se em colônias de pescadores autorizados por órgão competente e figuram como principal fonte de renda para o sustento da família. O pescado é vendido à população em feiras, bancas, restaurantes ou empreendimentos similares. As relações de produção pautam-se em algumas condições tais como pescador independente, dono dos meios de produção, equipamentos de pesca e embarcações e gestor do fruto de seu trabalho (CATELLA, 2001).

Pesca de subsistência: pescador profissional-artesanal destina parte do produto do seu trabalho para a manutenção da família. Vale-se de barco ou não, porém, utiliza apenas equipamentos básicos (CATELLA, 2001).

Pesca turística: conhecida como pesca amadora ou esportiva é praticada por portadores de autorização expedida por órgão competente e tem como finalidade o lazer (CATELLA, 2004).

A evolução do turismo em Mato Grosso do Sul estabeleceu-se a partir da pesca iniciada na década de 1970. Contudo, não apresentava investimentos expressivos em infraestrutura. Catella et al. (2007) destacam que nas décadas de 1980 e 1990 a estruturação teve início nos setores que ofertavam meios de hospedagem, alimentos e bebidas, casas especializadas em materiais e suprimentos de pesca.

Catella et al. (2007) ainda acentuam que o perfil da pesca se alterou de modo substancial após 1979 em todo o estado, especialmente na região pantaneira e seu entorno. Em ensaio de resgate histórico foi possível apurar as seguintes fases:

Fase I – Estudos

Até 1978, existiam na Bacia do Alto Paraguai apenas os pescadores amadores e os ribeirinhos que viviam da pesca artesanal, ou seja, para subsistência. Silva (1986) descreve que foi, então, implantado o Plano de Assistência à Pesca Artesanal – Pescart –, conveniado à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – Emater/MS.

No período compreendido entre 1979 e 1983 principiou-se, segundo Catella (2001), o embrião de estudos para apoio a políticas públicas vinculadas à pesca promovidos pelo extinto Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul – Inamb, predecessor da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Fase II – Pós-1979 – Estruturação da pesca profissional

Até 1979, não existiam ações contundentes do governo estadual e nem mesmo infraestrutura receptiva privada em nível e celeridade que permitissem a expansão da atividade de pesca associada ao turismo. Dois anos após a divisão do estado é que as ações públicas impulsionaram o setor por meio de sua organização e estruturação física.

Contudo, a iniciativa privada já apresentava sinais iniciais de investimentos. Nessa época se permitia o uso de redes e tarrafas, o que elevou a pesca profissional-artesanal de pouco mais de 1.000 toneladas de pescado em 1979 para 2.136 toneladas em 1984, segundo Silva (1986). Ainda, estima-se que atuavam na região aproximadamente 17.000 pescadores amadores que retiravam em média 40 quilos de peixe na alta temporada por pescador.

Fase III – A partir de 1980 – Declínio da pesca profissional e ascensão da pesca esportiva

Um conjunto de fatores emergiu para que a pesca tanto profissional quanto a amadora entrasse em retração, entre elas as relações políticas emergentes focando a atração turística e a proibição da utilização da malha de pesca.

O maior emissor de turistas foi o próprio estado, porém, São Paulo, Paraná e Minas Gerais apresentavam relevante participação principalmente para a região do Pantanal e para Corumbá. No período de 1994 a 2000 o número de pescadores amadores apresentou-se como surpreendente, saltando de pouco mais de 15 mil em momento anterior para quase 60 mil pessoas habilitadas para a pesca no final do período, demonstrando a nítida ascensão da atividade pautada na expansão do turismo em detrimento da pesca profissional.

Segundo a Fundação de Turismo de MS (2010), de 1981 até 1992 não houve ações públicas relevantes relacionadas ao fomento do turismo. Entretanto, a partir desse último ano o estado passou a integrar o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) e no ano seguinte – 1993 – lançou-se o Sistema de Informações Turísticas que representou importante instrumento de planejamento para o setor.

No período de 1994 a 2000 a escalada turística foi notória, com volume de turistas cadastrados e habilitados na ordem que variou de 40 até 60 mil pessoas. Observa-se que a média do volume de pesca profissional manteve-se praticamente inalterada. Complementarmente, observa-se que até 1999 o volume de pesca amadora registrada manteve-se em patamares elevados.

Fase IV – Pós-1999 – Desaceleração da pesca amadora

Até esse momento o Conselho Estadual de Pesca – Conpesca/MS figurou como importante instrumento de regulação e gestão participativa na escalada e posterior desaceleração da pesca. A partir dessa fase de desaceleração observa-se realidade distinta da fase anterior, demonstrada na tabela.

Tabela 1 – Quantidade de pescado capturado (em toneladas) pela pesca profissional e esportiva em Mato Grosso do Sul, no período de 1994 a 2003 – SCPESCA/MS

Ano	Pesca				Total
	Profissional	%	Esportiva	%	
1994 ¹	301	26,63	829	73,36	1.152
1995	439 ²	31,40	959	68,59	1.398
1996	275 ²	20,96	1.037	79,04	1.312
1997	280 ²	18,47	1.236	81,53	1.516
1998	302 ²	19,62	1.237	80,37	1.539
1999	320 ²	20,81	1.218	79,19	1.538
2000	306 ²	32,76	628	67,24	934
2001	333 ²	41,00	479	59,00	812

¹ Dados disponíveis a partir de maio ² Estimativa de captura

Fonte: CATELLA e ALBUQUERQUE (2007).

Observa-se a queda acentuada tanto do número de pescadores amadores – associados ao turismo – quanto do volume de pescados advindos da diminuição em 2000 da cota de captura permitida pela legislação estadual. Em 2002 o número de pescadores atingiu o patamar de 29.683 e em 2003 esse número caiu para 28.471 (ALBUQUERQUE et al., 2003). Tal redução equivale em números absolutos à quase metade do número de turistas registrado em 1999, o que gerou forte crise no setor turístico pesqueiro no estado considerando a menor entrada de dinheiro devido à redução no número de visitantes.

Catella (2004) apresenta as possíveis causas da grave crise no turismo de pesca no estado:

- i. Concorrência com locais como as Bacias Amazônica e Araguaia-Tocantins, Bacia do Prata na Argentina e no Paraguai;
- ii. Estradas de acesso em condições precárias, além de interrupção de voos diários de aeronaves de grande porte para Corumbá em 2002;
- iii. Redução da cota a partir de 2000 pode ter contribuído para o desinteresse dos pescadores amadores, especialmente considerando que outros estados, como São Paulo, Paraná e Minas Gerais, mantiveram cotas de pesca mais elevadas; e
- iv. Eventos caracterizados como “pequenas cheias” entre 1998 e 2001 que provavelmente reduziram a produção natural de peixes.

Fase V – 2003 a 2006 – Exceção

Entre 2003 e 2006 houve o declínio da pesca pautada no turismo, fato esse comprovado pelas duas Figuras (1 e 2), como segue:

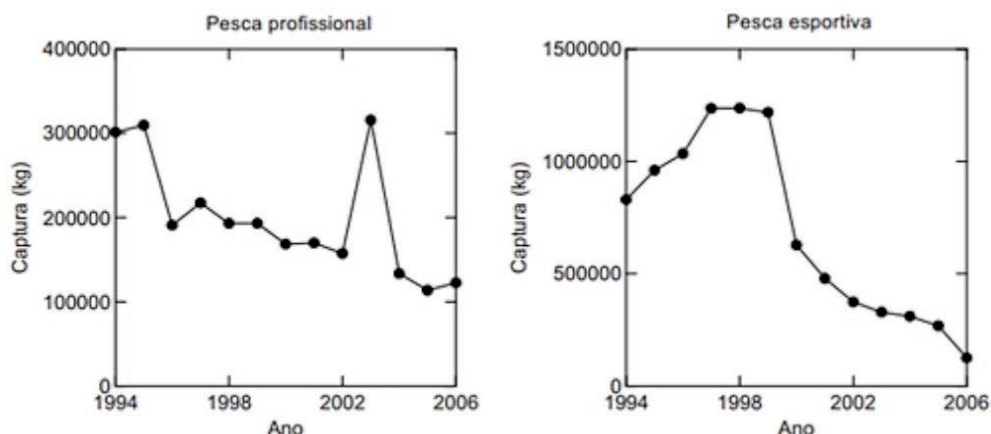


Figura 1 – Captura anual da pesca profissional (a partir de “pescado capturado”) e esportiva registrada no período de 1994 a 2006, SCPESCA/MS.

Fonte: CATELLA e ALBUQUERQUE (2010).

Observa-se na Figura 1 a queda acentuada do volume de pescado na modalidade de pesca esportiva. E para maior compreensão, acrescenta-se a figura seguinte que permite tecer as considerações que relacionam a captura anual com o número de pescadores registrados.

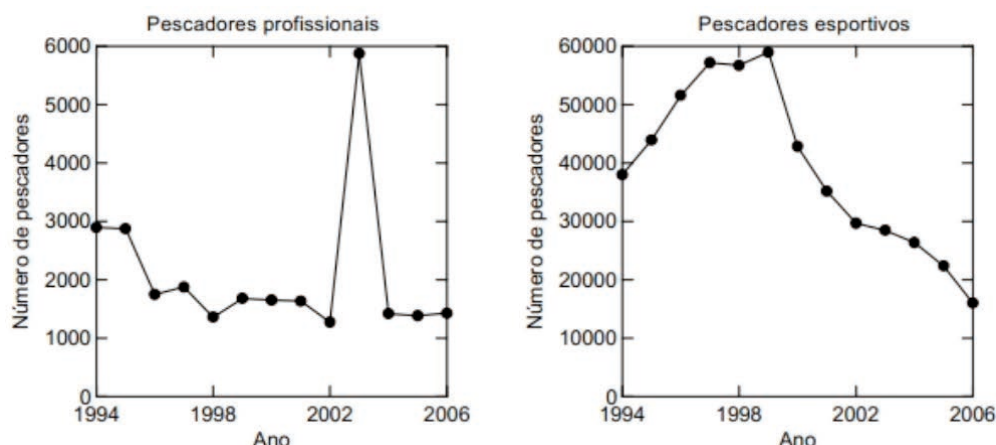


Figura 2 – Número anual de pescadores profissionais e esportivos registrados no período de 1994 a 2006, SCPESCA/MS.

Fonte: CATELLA e ALBUQUERQUE (2010).

Observa-se que entre 2000 e 2001 há brusca queda na pesca esportiva (turística), que se acentua ano a ano até atingir o número de pouco mais de 16.000 pescadores, fato atribuído segundo Catella et al. (2007) à redução da permissão de captura de dois exemplares por pescador dentro das medidas permitidas, nessa categoria, enquanto a cota nacional era de 10 quilos mais um exemplar.

O ano de 2003 representou, segundo Catella e Albuquerque (2007, p. 3), um momento atípico, “[...] em razão do aumento expressivo dos registros dos pequenos desembarques, que foram subamostrados anteriormente”.

Houve, à época, a tentativa de se estabelecer moratória para a pesca artesanal em função da preocupação com os estoques naturais de peixe, ação essa que não encontrou eco na sociedade e nem nos órgãos públicos gestores (CATELLA; ALBUQUERQUE, 2010).

Fase VI – a partir de 2007 – Retomada

A partir de 2007 o SCPESCA/MS retomou suas atividades paralisadas no período anterior e a cota retornou ao mesmo patamar nacional, ou seja, 10 quilos mais um exemplar por pescador.

Nesse mesmo ano Catella (2007) relata que o Decreto nº 12.274/2004 estabelece comissão que teria a função de propor alternativas para a regulamentação da exploração dos recursos pesqueiros. No entanto, observa-se na série histórica, apresentada na Figura 2, que o ápice da pesca turística ocorreu no estado em 1999 com aproximadamente 60 mil pescadores credenciados e que após esse período a queda foi praticamente constante.

A mais recente série de informações – 2013 – apresenta a pesca esportiva ou amadora com 50,5% do total de pescado contra 49,5% da pesca profissional, com um volume auferido de 168 toneladas e 165,1 toneladas respectivamente. É importante observar a série histórica apresentada na próxima figura para que se delimite em número a pesca associada ao turismo no estado.

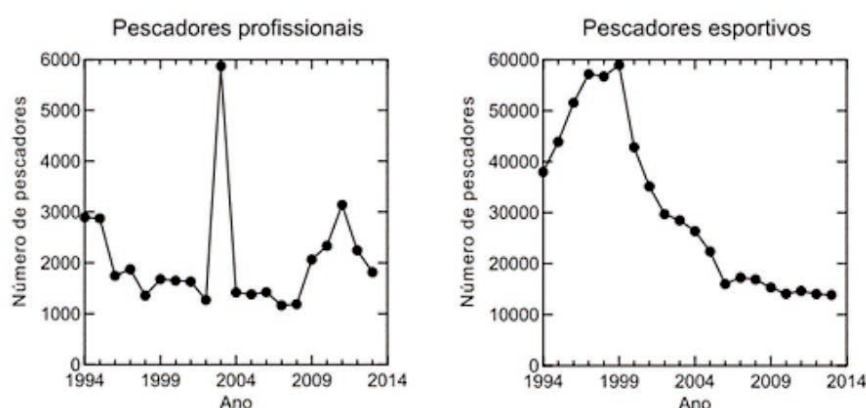


Figura 3 – Número anual de pescadores registrados no período de 1994 a 2013, na Bacia do Alto Paraguai, MS, SCPESCA/MS.

Fonte: CATELLA et al. (2014)

Historicamente, Corumbá e o Pantanal são as localidades de maior fluxo de turismo associado à pesca representando quase metade de tudo que é pescado no estado. Porto Murtinho, Taquarussu e Miranda são outros polos receptores desse tipo de atividade (CATELLA et al., 2014).

Por meio da série apresentada é possível observar que o turismo de pesca viveu seu apogeu entre 1994 e 1999 com seu ápice atingindo o patamar de pouco mais de 50 mil pescadores. Porém, houve a partir do ano 2000 forte queda no número de pessoas que realizavam turismo baseado na pesca estabilizando-se em patamares inferiores a 20 mil pescadores a partir de 2006 até 2015.

Segunda Fase: Turismo de natureza

Se por um lado Corumbá e o Pantanal foram e ainda são os maiores receptores de turistas motivados pela pesca e as portas de entrada do turismo no estado, Bonito e a região da Serra da Bodoquena apresentam-se, juntamente com o próprio Pantanal, como os precursores do turismo pautado na natureza.

Garms (2004, p. 7) ressalta que o “[...] Pantanal sul-mato-grossense vem assumindo, desde os fins da década de 1970, importância como espaço que está sendo organizado e consumido pelo lazer, através do turismo”. Tal apontamento reforça o destaque dessa localidade ao longo das fases do turismo no estado.

Na segunda fase do turismo no estado de Mato Grosso do Sul é importante buscar-se compreender o que se considera como ecoturismo, desenvolvimento regional e sustentabilidade para o entendimento das discussões que se seguem.

O ecoturismo representa uma das áreas de atividade que permitem de forma ampla o planejamento, operacionalização, desenvolvimento e estabelecimento do turismo pautado em bases sustentáveis.

Uma das definições mais propagadas é a do ecoturismo como um segmento da

[...] atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BARROS; LA PENHA, 1994, p.17).

Por sua vez, a OMT o definiu em 2002, em Quebec, no Canadá, durante o encontro que celebrava o “Ano Internacional do Ecoturismo” como todas as formas de turismo em que

[...] a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve (OMT, 2002, s/n).

São três os princípios básicos que caracterizam o ecoturismo:

[...] desenvolvimento sustentável, educação ambiental e envolvimento das comunidades locais. O conceito inova, associando valores éticos ao comportamento do turista, ligados à sustentabilidade do local visitado e ao aspecto educacional (OLIVEIRA et al., 2010, p. 8).

A definição apresenta estreita relação com o desenvolvimento regional ao compartilhar entendimentos comuns tais como os conceitos associados a elementos de ordem social, ambiental e econômico.

Entende-se desenvolvimento regional como as políticas de natureza pública que envolvem as dimensões econômicas, sociais e ambientais no centro de suas discussões, análises e planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento harmonioso de determinada região ao longo de certo período de tempo (CARVALHO, 2014).

Buarque (2002) considera que o desenvolvimento regional figura como resultado direto do poder de estruturação e mobilidade dos atores envolvidos, em prol da competitividade, considerando os contextos cujas transformações apresentam-se como rápidas e profundas. Em contrapartida, observa-se, que:

Existe uma percepção errada de que a conservação da natureza e o desenvolvimento econômico são processos antagônicos. O dilema “preservar ou progredir” é um erro porque avalia os processos apenas em curto prazo, em um sistema de produção e consumo excessivos, em que o progresso econômico depende da degradação ambiental (SABINO et al., 2012, p.16).

Por seu turno, sustentabilidade pode ser entendida como a equalização entre os elementos ambientais, econômicos e sociais na oferta de algum tipo de produto ou serviço. Tal entendimento ganha reforço ao se observar que

[...] O desenvolvimento sustentável traz principalmente uma boa influência, como atender às necessidades dos turistas, fornecendo oportunidades de trabalho para a comunidade local, aumento do crescimento econômico, proteção de locais turísticos, conscientização ambiental, melhoria do padrão de vida dos moradores através da convivência do turismo e qualidade ambiental (SEBELE, 2010, p.138)

Dois outros conceitos se fazem importantes para a discussão posterior. São eles: turismo de aventura e turismo de natureza. O turismo de aventura tem ligação direta com algum nível de esforço físico e divide-se em dois tipos: aventura extrema ou radical tal como escalada, montanhismo, *rafting*, entre outros, e atividades moderadas, como canoagem, boiacross, trilhas, passeios de bicicleta, barco, balão ou similares (EAGLES et al., 2002; TAYLOR, 1995).

Por sua vez, turismo de natureza é toda atividade que coloque o homem em contato com os elementos naturais, independente de seus objetivos, ou seja, são menos relevantes seus impulsionadores e seu

processo de tomada de decisão em favor do tipo de contato não massificado. O ecoturismo, o turismo rural e o de aventura, entre outros, estão inseridos nesse conceito maior.

Desse modo, a diferença fundamental entre as atividades de ecoturismo e de turismo de natureza é que no primeiro, questões ligadas à sustentabilidade e impacto sobre o espaço são preocupações latentes além do que, no segundo caso, a preservação, conservação, valores educacionais dos patrimônios culturais e naturais, materiais ou imateriais, que são preocupações do ecoturista, não se apresentam necessariamente como relevantes para o turista de aventura, ou rural por exemplo, o que caracterizaria as ofertas de Mato Grosso do Sul não somente com o mote do ecologicamente correto, mas de turismo pautado na natureza.

Wearing e Neil (2001) destacam que o turismo desenvolvido sobre bases sustentáveis traz em seu cerne algumas condições como: participação da população local nas atividades, limitações – em termos de capacidade de carga – dos atrativos, adaptação dos recursos turísticos à utilização de equipamentos e do aproveitamento da infraestrutura. Os autores ainda pontuam que

[...] a obtenção e manutenção de um desenvolvimento sustentável, baseado na atividade turística e ecoturística, só poderá ser resultado da ação conjunta de todos os agentes interessados no desenvolvimento municipal: o setor público, o setor privado e toda a comunidade local (WEARING; NEIL, 2001, p. 30).

O desenvolvimento “a qualquer custo”, ao longo da história, demonstra o elevado preço que países, pessoas e gerações têm pago ou deverão pagar pelo usufruto desmedido do espaço via subtração dos ambientes naturais de todo e qualquer recurso para o bem-estar humano. Observa-se que:

[...] Uma empresa que vive da exploração dos recursos naturais não pode ter apenas o fluxo de caixa positivo como meta. Não é possível manter uma visão simplista e reducionista da atividade de exploração dos recursos naturais. O lucro puro e simples (direito privado) nunca pode suplantar os limites da natureza e os princípios e a ética conservacionista (direito público) (SABINO; ANDRADE, 2003, p. 6).

O ecoturismo praticado em Mato Grosso do Sul ainda é embrionário na região de Bonito, Pantanal e na Serra da Bodoquena, e pautado quanto à sua viabilidade basicamente pelo cunho mercadológico em detrimento das necessidades sociais envolvendo o entorno e os elementos ligados ao ambiente.

Especificamente para a segunda fase do turismo, Rizzo (2010) destaca que entre as décadas de 1970 e 1980 a vocação turística do estado residia na pesca e não no ecoturismo. Nos anos 1980 eram apenas dois atrativos que motivavam a visita à região de Bonito e Serra da Bodoquena. Atualmente a região possui aproximadamente 223 atrativos, predominantemente nos segmentos de turismo pautado na natureza.

Maria e Mariani (2007) relatam que os recursos naturais de Bonito, até a década de 1970, eram utilizados quase que exclusivamente para o lazer da população. Já na década seguinte a atividade turística permanecia modesta, sofrendo discreto aumento de visitantes atraídos pela comunicação individual. Não existia ainda a exploração turística. Apesar dos autores referirem-se à cidade de Bonito, a realidade dos demais locais era similar.

Garms (2004) descreve que o primeiro programa para a região de Corumbá vinculado ao turismo foi o “Safári à brasileira: pesca esportiva e caça fotográfica no Pantanal”. O deslocamento era realizado via aérea de São Paulo a Corumbá.

A infraestrutura viária se apresentava precária na década de 1970, segundo relata Mariani (2000), pois a BR-262 não era asfaltada, o que colocava Mato Grosso do Sul em desvantagem diante de localidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, que possuíam melhor estruturação de sua malha viária e aeroportuária.

A rodovia foi pavimentada na década de 1980 e a região experimentou crescimento pautado no turismo de pesca e nos demais tipos de visita vinculados à natureza, nesse momento em menor volume. Mariani (2000) destaca que nessa época houve considerável ampliação da estrutura de recepção ao turista como a melhoria geral dos meios de hospedagem.

Um dos primeiros atos públicos em prol do Turismo no estado remonta à criação do Parque Nacional do Pantanal por meio do Decreto nº 86.392, de 24 de setembro de 1981, e da Reserva Mundial da Biosfera (ICMBIO, 1981). A década de 1980 ainda seria marcada pela atratividade exercida pela novela televisiva Pantanal, que foi ao ar pela primeira vez em 1989 e depois reapresentada em 2008. Mariani (2000, p. 27) descreve que “o mito produzido, num cenário previamente escolhido e preparado, foi projetado nas telas para o interior das residências, gerando, ao mesmo tempo, a vontade de conhecer e viver o que estava sendo mostrado”.

É relevante mencionar que a situação política e econômica do país, na década de 1980, era delicada. Havia a hiperinflação, o mercado nacional era fechado à concorrência estrangeira, índices elevados de desemprego, crescimento estagnado e profundos problemas de natureza social, além de congelamento de salários que relegaram o turismo a segundo plano na ordem de importância para a maioria dos brasileiros.

A década seguinte apresentou cenário econômico diferente com a estabilização da economia em função do Plano Real. Com o tempo, o poder aquisitivo do brasileiro melhorou. O Real, em diversos momentos, apresentou relevante valorização em relação ao Dólar americano.

Nesse contexto, as regiões de fronteira do estado com o Paraguai e com a Bolívia passaram a receber turistas motivados primária ou secundariamente pela compra e, nesse sentido, tanto a região de Ponta Porã quanto a de Corumbá tornaram-se importantes zonas de comércio aliadas à simples compra ou atrelada ao interesse turístico.

Behr (2001) relata que na década de 1990 o turismo local experimentou expressivo aumento, especialmente após a veiculação em cadeia nacional de reportagem no programa Globo Repórter (TV Globo) retratando a Gruta do Lago Azul.

Bonito assume a dianteira da nova fase turística no estado ao lançar, em 1993, o primeiro curso de formação de Guias de Turismo no estado e, na sequência, a Lei Municipal nº 689, de 1995, que tornava obrigatório o acompanhamento de turistas por esse tipo de profissional nos atrativos locais. Tais ações auxiliaram a fixar bases para a relação do homem com o meio ambiente e principiar o fortalecimento dessa relação (RIZZO, 2010).

Mariani (2000) complementa destacando que o crescimento da atividade turística na cidade de Bonito se dinamizou a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990. Nesse período, começou a receber visitantes de outras localidades fora do âmbito regional, sendo inegável o fato de que o Pantanal e Bonito representaram os primórdios das atividades de turismo estruturado, sendo seus legítimos representantes.

Um conjunto de atos da gestão pública marcou a tentativa de estruturação do turismo no estado, especialmente a partir dos anos 1990. Em 1992 foi criada a Comissão Especial para definição do programa de utilização e implementação da Estrada-Parque (Decreto nº 6.394) e, em 1993, o Decreto nº 7.122 considerou como Estradas-Parques trechos de rodovias estaduais da região do Pantanal.

Em 1999 o Decreto nº 442 instituiu o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável – PDTUR, além da criação do Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari (Decreto nº 9.662).

A Lei Estadual nº 2.135, de 14 de agosto de 2000, instituiu à época a Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul e pode ser considerada um dos primeiros atos efetivos do poder público com foco nessa modalidade de turismo de modo organizado.

No ano 2000 houve a instituição da Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo (Lei nº 2.135), além do reconhecimento do Pantanal como Patrimônio de Reserva Natural da Humanidade, pela Unesco. Por fim, o contexto apresentado permite o entendimento da dinâmica ocorrida que levou o turismo ao atual estado em que se encontra.

4 ANÁLISE DE DADOS

Ao longo do processo de coleta de dados, visitaram-se todas as rotas estabelecidas no estado conforme descrito na parte de procedimentos metodológicos e compararam-se tais rotas com as estabelecidas pelo órgão de fomento do turismo no estado, a saber:

- I. Rota Pantanal – Bonito: representa a principal rota de promoção, comercialização e informação; apresenta 12 roteiros compreendendo Campo Grande, Bonito e o Pantanal;
- II. Rota Ecoturismo Pantanal – Iguaçu: também conhecida como Rota Foz do Iguaçu – Bonito – Pantanal, compreende o roteiro Campo Grande, Corumbá e Bonito, findando em Foz do Iguaçu;
- III. Rota Travessia do Pantanal: essa terceira rota compreende o Pantanal, e inclui tanto atrativos e infraestrutura do Mato Grosso do Sul quanto de Mato Grosso, focados na permanência do turista na região do Pantanal.

Tal rota traçada pelo governo do estado pode ser observada na figura:



Figura 4 – Descrição das rotas turísticas de Mato Grosso do Sul.

Fonte: FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS (2010).

Destaca-se que as rotas mostradas na Figura 4 não existem de modo efetivo, seja pela ausência de sinalização ao longo do estado, seja por falta de ações públicas, ou pelo desconhecimento até mesmo nas localidades que seriam locais de passagem ou ponto final de atividade turística. Aponta-se que não há no estado uma rota turística estruturada nem em meio físico, nem em meio virtual, salvo o que consta da Figura 4, que se encontra no *site* da Fundação do Turismo do estado.

Na primeira fase do turismo observa-se a massificação da oferta especialmente na região de Corumbá, Miranda, Aquidauana, Murtinho, entre outras. A nova fase, vinculada à natureza, capitaneada por Bonito, Serra da Bodoquena e Pantanal, experimentou a especialização da oferta e as restrições impostas, por exemplo, pelo limite de carga dos atrativos. Ilustra-se, que tal lógica fez nascer a concorrência entre os balneários municipais de Bonito e Jardim, além dos particulares concentrados principalmente em Bonito.

A existência de limite de carga para as atividades ligadas à natureza nos atrativos compele o *trade* turístico a manter-se nas demarcações legais e naturais aceitáveis, ou seja, as atividades vinculadas à

natureza no estado não se caracterizam como turismo de massa e, portanto, têm na singularidade de seus atrativos os limitadores que, por sua natureza, tornam-se sua maior oferta aos turistas. Exemplo disso é a limitação de visitantes por atrativo que vincula o espaço ao conceito de exclusividade em detrimento da massificação. Destaca-se que *trade* representa o conjunto de agentes, operadores, hoteleiros e demais prestadores de serviços turísticos. Trata-se de palavra inglesa que, nesse contexto, pode ser traduzida por “negócios” (BRASIL, 2007).

O primeiro período do turismo no estado, determinado pela pesca, atraía um tipo específico de turista que vinha pelo peixe e terminava por consumir história, culinária, dança, prostituição e outros elementos da localidade e de seu entorno. Com a alteração do foco para o turismo de natureza, a migração dos interesses moldou-se ao novo público. O relato do turista exemplifica

[...] eu vinha antigamente aqui na Ilha do Padre. Se você comparar com hoje você não diz que é o mesmo lugar de tanto que melhoraram. Vai lá naquela flutuação do Barra do Sucuri e você vê como a estrutura tá melhor também. Hoje tem hotel por todo lado aqui em Bonito (TURISTA EM BONITO, 2015).

Por seu turno, a diminuição do fluxo de visitantes de Corumbá e região deixou marcas observáveis, tais como diminuição da oferta de artesanato, desinvestimento na hotelaria e alimentação, redução do número de embarcações ou mesmo passeios de barco, entre diversos outros ramos de atividade. Tal afirmativa encontra eco no discurso do morador de Corumbá que destaca a atual realidade do local, e representa os impactos que as localidades que passam a atrair menos turistas sofrem:

[...] dava gosto isso aqui antes. Era gente para todo lado. O pescador vinha aqui e ficava brigando para conseguir um quarto, conseguir isca. [...] Parecia um formigueiro. Era tanta gente que eu pensava que nunca ia acabar [...] com o tempo foi escasseando e as coisas foram ficando sem manutenção. (MORADOR DE CORUMBÁ, MS).

Contudo, é preciso destacar que a cidade e a região ainda recebem turistas para a pesca e também para diversas festividades, como o Carnaval de Corumbá, porém, destaca-se que o fluxo hoje é substancialmente menor do que em tempos anteriores. Partindo da observação *in loco*, observa-se que existem diversos tipos de prejuízos com tal fato. O primeiro deles é o social, em que trabalhadores perdem seus postos de trabalho; do ponto de vista econômico deixa-se de gerar divisas e haver-se-ia de pensar que o aspecto ambiental seria contemplado, mas uma rápida observação permite indicar trechos de assoreamento do Rio Paraguai como prejuízo, por exemplo.

Em contrapartida, ao se percorrer os espaços compreendidos entre Bonito e o Pantanal, é possível afirmar que ambas as localidades têm recebido investimentos da iniciativa privada voltados para a recepção de turistas de modo constante; tal fato foi observado nos anos de 2014, 2015 e 2016. A oferta hoteleira, de alimentos e bebidas, de artesanato, de atrativos como, por exemplo, passeios de moto e focagem (observação noturna de animais) apontam para a expressão econômica da atividade que eleva preços, aumenta a oferta, refina ou adapta peças artesanais para fomentar a venda e chega a situações de ofertar pedrarias finas, máscaras africanas, najas e alces, além de figuras do rock como itens típicos da localidade, como é possível observar na figura que segue:

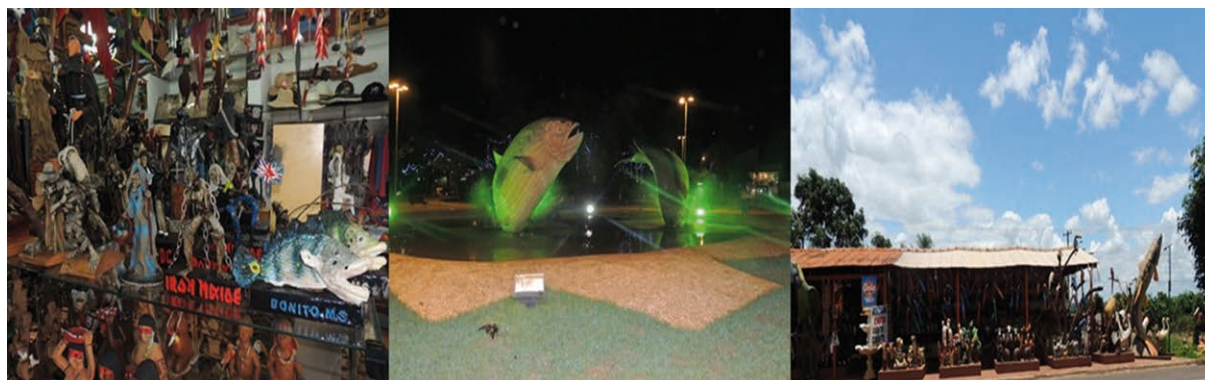


Figura 5 – Exemplo de oferta e benefícios baseados na atividade turística.

Fonte: os autores

Ao se percorrer o estado, é possível observar que os espaços e ofertas de artesanato, meios de hospedagem, alimentos e bebidas, estradas, entre outros facilitadores públicos e privados, têm-se apresentado nas localidades em que o turismo se encontra em desenvolvimento. Nas demais localidades, tal benefício não se apresenta no mesmo patamar.

Chama-se a atenção para o fato de que os dois tipos de oferta turística – pesca e natureza – sobressaem-se em Mato Grosso do Sul, além de vertentes como o turismo de negócios, de estudo, musical, gastronômico, religioso, entre outras ofertas em menor grau, o que levou à inferência de que as alterações provocadas pela natureza da oferta turística alteram não somente o volume de organizações que passam ou deixam de atender os turistas, mas também a natureza da composição dessa oferta, segundo foi possível apurar por meio da ida aos locais (observação *in loco*).

Destaca-se como alteração visível, segundo visita às localidades, que em Porto Murtinho, por exemplo, a natureza da oferta hoteleira ainda é característica do turismo de pesca, com acomodações mais simples, especialmente até 2010. Depois desse período, e nas observações realizadas em 2015 e 2016, a localidade já apresenta acomodações para distintos públicos, porém, quem mais diversificou sua oferta em todos os sentidos foi a cidade de Bonito, que acomoda desde unidades habitacionais simples e coletivas até acomodações com diárias elevadas. A localidade diversificou-se para atender visitantes de outras categorias, tais como mochileiros e famílias.

O próprio Pantanal oferta já há algum tempo unidades habitacionais voltadas especialmente ao turista de natureza, que vem à localidade para ter um dia típico de fazenda e dormir em rede após uma sessão de viola em frente a uma fogueira. O mesmo local recebe alunos de graduação para um passeio a cavalo, focagem noturna e degustação da culinária local. A observação ao longo de todo o Pantanal levou à constatação de que existe o produto turístico sendo trabalhado em fazendas com oferta diversificada, especialmente para a recepção do estrangeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma de ação do Estado foi decisiva no desencadeamento tanto do crescimento da pesca, em um primeiro momento, por meio do apoio estrutural, como em um segundo momento em que tomou a decisão de estabelecer limites para o controle da ação do homem sobre o ambiente, o que de um lado contribuiu para a preservação dos espaços e de seus habitantes e de outro reduziu o fluxo financeiro. O Estado enquanto órgão regulador apresenta-se como importante modo de evitar ou mitigar a ação antrópica sobre os espaços em que o turismo se insere.

Um segundo ponto que necessita ser contextualizado diz respeito ao fomento do turismo no estado, vendido especialmente a partir da cidade de Bonito pelo governo municipal e pela iniciativa privada como ecoturismo. As bases da comunicação com o mercado na tentativa de atração de visitantes trazem a importante e vendável bandeira do turismo de natureza.

Tal preceito não se mostra real considerando que as regiões da Serra da Bodoquena, Bonito e Pantanal têm atividades focadas no turismo rural, de aventura e uma porção menor de atrativos organizados sobre bases ecológicas.

Desse modo, o turista, com escassos conhecimentos sobre o real sentido do turismo baseado em pilares sustentáveis, passa a fazer parte de um conjunto massificado de pessoas que viajam para fruição, que vêm justamente na contramão dos preceitos de preservação, gerando fortes impactos negativos sobre os espaços.

Ilustra-se esse ponto – por meio da observação *in loco* – que na região do Pantanal existe considerável geração e descarte de resíduos, cavalgada em espaços antes preservados, uso de animais silvestres como atrativo, a exemplo de jacarés, entre outras constatações negativas geradas pela atividade turística. Em diversos momentos, enquanto se percorre espaços da região, tem-se a percepção que a relação é de prazer para o turista e lucro para os exploradores de espaços naturais, obviamente tal afirmação não se estende a todos os espaços e nem a todos os empreendimentos.

Decorre desse ponto que, nas localidades em que a atividade turística instala-se, a tênue relação entre turismo e preservação apresenta-se de modo explícito, e as ações de manutenção dos espaços, sejam por parte do poder público, da iniciativa privada ou mesmo partindo da consciência dos usuários individuais ou coletivos, podem, na maioria dos casos, ser consideradas pueris ou mesmo pensadas para a individualidade.

Não raro, observa-se que o imediatismo impera em detrimento da real necessidade de preservação e manutenção dos espaços que, ao receberem o turista, deixam de ser naturais em sua essência e passam a ser localidades teatralizadas ou cenarizadas que servem a diversos propósitos, entre os mais comuns, o elemento econômico destaca-se.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, S. P.; CAMPOS, F. L. de R.; CATELLA, A. C. Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS 9-2002. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Corumbá: Embrapa Pantanal; Campo Grande: Sema-Imap, 2003.

BARROS, S. M.; LA PENHA, D. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Embratur, 1994. 45 p.

BELTRÃO, O. D. **Turismo: a indústria do século 21**. Osasco: Novo Século, 2001.

BERH, M. F. **Serra da Bodoquena: história, cultura, natureza**. Campo Grande: Free, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística**. Brasília, 2007. 51p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria do Desenvolvimento da Produção. Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas. **Plano de Desenvolvimento do APL de Turismo e Artesanato de Bonito – Serra da Bodoquena**. Campo Grande: Sebrae, 2010, 50 p.

BUARQUE, S. J. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARVALHO, O. **Desenvolvimento regional: um problema político**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

CATELLA, A. **A pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil: descrição, nível de exploração e manejo (1994 – 1999)**. 2001. 377f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Faculdade de Ciências Biológicas, Universidade do Amazonas, Manaus, 2001.

_____. Pesca e Recursos Pesqueiros do Pantanal: ecologia, estatística e gestão. In: Semana do Engenheiro de Pesca, 13, 2007, Recife. **Anais...** Recife: EDUFRPE, 2007, p.1-6.

_____. Reflexões sobre a pesca esportiva no Pantanal Sul: crise e perspectivas. **Pesca Esportiva**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 30-33, mar. 2004.

CATELLA, A. C.; ALBUQUERQUE, S. P. Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS 10-2003. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2007. 56 p.

_____. Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS 13-2006. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2010. 51p.

CATELLA, A. C. et al. Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS 20-2013. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2014. 58 p.

CATELLA, A. C.; PIOVEZAN, U.; MARIANI, M. Turismo cultural de pesca: uma nova experiência no Pantanal. In: XVII ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA. 1, 2007, Itajaí. **Resumo...** Itajaí: Sociedade Brasileira de Ictiologia, 2007, p. 472-472.

EAGLES, P. F. J., MCCOOL, S. F.; HAYNES, C. F. **Sustainable tourism in protected areas: guidelines for planning and management.** Gland, Switzerland: International Union for the Conservation of Nature, 2002.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo.** Brasília. v. 36, 2009. Disponível em: <www.turismo.gov.br/dados_fatos>. Acesso em: 21 abr. 2015.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DO MATO GROSSO DO SUL. **Artesanato das Regiões.** Campo Grande/MS, 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4633&show=2010>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

FUNDAÇÃO DO TURISMO DO MATO GROSSO DO SUL. **Sistema de Informações e Estatísticas.** Indicadores básicos do Turismo, Campo Grande: Fundtur, 2010. 17 p.

GANEM, R. S. **Políticas de conservação da biodiversidade e conectividade entre remanescentes de Cerrado.** 2007. 427f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

GARMS, A. Pantanal: o mito e a realidade. In: IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL, 4, 2004, Corumbá. **Anais...** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004. p. 23-37.

ICMBIO. **Decreto nº 86.392, de 24 de setembro de 1981.** Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_pantanal_matogrossense.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.

MARIA, F. S.; MARIANI, M. A. P. Ecoturismo e desenvolvimento local: estudo de caso da reserva ecológica Baía Bonita, Bonito, MS, Brasil. In: XV ENCONTRO SUL-MATO-GROSSENSE DE GEÓGRAFOS, 15, 2007, Corumbá. **Anais...** Corumbá: UFMS, 2007. p.1-15.

MARIANI, M. A. P. **Geografia e turismo no paraíso das águas: o caso de Bonito.** 2000. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Percepção dos turistas e moradores do município de Bonito: o lugar, os sujeitos e o turismo. **Turismo: visão e ação**, Itajaí, v. 4, n. 11, p. 33-46, out. 2002.

OLIVEIRA, A. C. L. et al. Ecoturismo. **Cadernos de Educação Ambiental.** São Paulo: SMA, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Declaração de Ecoturismo de Quebec.** 2002. Disponível em: <<http://www.gdrc.org/uem/eco-tour/quebec-declaration.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

RIZZO, M. R. **Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade: um estudo do município de Bonito – Mato Grosso do Sul.** 2010. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2010.

SABINO, J.; ANDRADE, L. P. Uso e conservação da Ictiofauna no ecoturismo da região de Bonito, Mato Grosso do Sul: o mito da sustentabilidade ecológica no Rio Baía Bonita (aquário natural de bonito). **Biota Neotropica**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-9, 2003. Disponível em <http://www.biotaneotropica.org.br/v3n2/pt/abstract?point-of-view+BN00403022_003>. Acesso em: 08 abr. 2016.

SABINO, J.; ANDRADE, L. P.; BESSA, E. Ecoturismo: valorizar a natureza para gerar negócios sustentáveis e renda. In: SABINO, J. (Org.). **Ecoturismo nas trilhas da Biodiversidade Brasileira.** Campo Grande: Natureza em Foco, 2012. p. 13-24.

SEBELE, L. S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. **Tourism Management**, p. 25-31, 2010.

SILVA, M. V. **Mitos e verdades sobre a pesca no Pantanal Sul-mato-grossense**. Campo Grande: FIPLAN. MS, 1986.

TAYLOR, G., The community approach: does it really work? **Tourism Management**, v. 16, p. 487-489, 1995.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, 2001.